



C A R T A   D O   N O R D E S T E

Posição da Bancada Nordestina na Câmara Federal

A Região Nordeste foi profundamente atingida pelas medidas do plano de estabilização econômica. Os principais instrumentos da política de desenvolvimento regional foram afetados. São exemplos a suspensão por tempo indeterminado dos incentivos do FINOR e a extinção das Zonas de Processamento de Exportação.

Ainda assim, os parlamentares da Bancada Nordestina não podem deixar de dar seu aval às enérgicas medidas tomadas para recuperação da economia, cuja espiral inflacionária sacrifica sempre os mais pobres, não apenas as pessoas, mas também as regiões.

O interesse nacional está acima dos interesses regionais. A região não existe sem que a Nação encontre o seu destino.

Nem por isto podemos deixar de salientar a imperiosa necessidade de que, superada a fase crítica por que passa a economia, o Governo da União venha a ter uma política clara e explícita de integração nacional e de correção dos desequilíbrios regionais de renda.

O que está errado no País - causa de boa parte das distorções na economia - é a forte concentração econômica e demográfica existente em poucos pontos do território. Somente uma vigorosa política de desconcentração econômica será capaz de reverter a perversa inércia da concentração, com toda a sua sequência de deseconomias. Somente o Governo da União tem poderes, recursos e meios para promover uma política dessa natureza.

Consideramos, por isso mesmo, imperioso que o novo Governo venha a apresentar à Nação, no mais curto espaço de tempo, um programa igualmente coerente, sério e consistente, para o desenvolvimento do Nordeste, de tal modo a refletir-se já na remessa dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias para o próximo ano, a serem enviados ao Congresso ainda neste primeiro semestre, e no Plano Plurianual que o Congresso deverá exami



nar a partir de agosto.

Sem embargo de outras iniciativas, consideramos de nosso dever enfatizar desde logo:

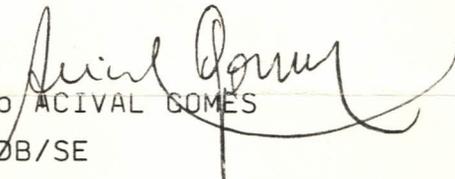
1. Formulação da nova política de desenvolvimento regional para o Nordeste, com vistas à sua discussão e deliberação pelo Congresso Nacional;
2. Urgência na reavaliação dos incentivos ora suspensos, com a definição dos agentes responsáveis, de modo a possibilitar o acompanhamento pela Bancada;
3. Retomada imediata das obras da Hidroelétrica de Xingó, cujo cronograma é indispensável para que o Nordeste não volte a ser submetido ao racionamento de energia ainda na primeira metade dos anos 90;
4. Acelerar a implantação do programa de irrigação pública no Nordeste;
5. Assegurar linha de crédito e recursos, no âmbito do Banco do Brasil e do BNDES, para o financiamento de projetos de irrigação privada no Nordeste;
6. Redefinir a ação dos organismos de desenvolvimento regional no Nordeste, objetivando a implementação de novas políticas e programas, visando à superação do quadro de pobreza;
7. Revitalização da SUDENE e valorização do seu papel na coordenação da política regional de desenvolvimento;
8. Direcionar para o Nordeste os novos investimentos destinados à ampliação da capacidade produtiva nacional nos setores de siderurgia, veículos automotores e outros, para os quais deverão ser atraídos a iniciativa privada e capitais externos;
9. Assegurar, no âmbito dos Ministérios da Economia, da Infra-Estrutura, do BNDES, prioridade para os complexos químicos e petroquímico da Região Nordeste;
10. Estabelecer para o Nordeste programa de implantação de agro-indústrias e de bens de consumo final, indispensáveis a uma população cujo nível de renda se pretende ver elevado;
11. Complementar a rede regional de transportes rodovias e ferroviárias bem como fortalecer a infra-estrutura portuária e hidroviária;
12. Promover a superação dos elevados índices de analfabetismo e de morbidade que afetam o desempenho da mão-de-obra regional.



Estamos certos de que, no contexto de uma economia saudável, não faltará a todos os brasileiros, muito menos ao Governo da União, a consciência da necessidade de desenvolver o Nordeste como elemento fundamental de uma estratégia de afirmação de nacionalidade.

Com esta postura, adotando estas posições e assegurando à população nordestina a intransigente defesa dos pontos acima expostos, é que os parlamentares do Nordeste têm a consciência de suas responsabilidades ao apoiarem as medidas econômicas do Presidente Fernando Collor de Mello.

Brasília(DF), março de 1990.

  
Deputado ACIVAL GOMES  
RSDB/SE